

# Inovação Tecnológica no Hospital e Maternidade



O Centro de Diagnóstico do São Luiz investiu cerca de R\$1 milhão em equipamentos de última geração para acompanhar a evolução tecnológica e manter um atendimento de eficiência e qualidade. Com isso, o hospital calcula que o número diário de exames de ultra-sonografia deve aumentar aproximadamente 30%, além de permitir um crescimento de até 20% no número de empregos diretos gerados pelo serviço. "De cada R\$10,00 investidos no Centro de Diagnósticos, R\$2,00 são destinados ao treinamento de profissionais", afirma o coordenador do serviço de tomografia e ressonância magnética do São Luiz, Dr. Giuseppe D'Ippolito.

Foram adquiridos quatro aparelhos de ultra-som

modernos e precisos da marca ATL (Philips), modelo HDI 3500, com Doppler colorido. Junto com a tecnologia de ponta, o serviço do Centro de Diagnósticos "utiliza a estrutura do São Luiz, que garante segurança nos procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados", completa o médico. Em junho de 1999, o São Luiz recebeu o certificado de qualidade da ISO, com validade internacional. Foi reconhecido também pelo Inmetro e certificado com o "Selo de Conformidade" pela APM. Neste ano, o hospital prepara-se para obter a certificação ISO 9001 versão 2000 para suas duas unidades.

*Fonte: Plantão São Luiz - nº 12*

## Resolução do CFM estabelece critérios para propaganda em Medicina

Publicada em setembro de 2003, a Resolução CFM nº 1.701 foi alterada e novamente editada em dezembro, com modificações nos artigos 3º, 7º e 15. Conhecida como a "resolução da publicidade médica", a deliberação estabelece critérios norteadores da propaganda em Medicina, conceituando os anúncios, a divulgação de assuntos médicos, o sensacionalismo, a autopromoção e as proibições referentes à matéria.

Antes de fazer as alterações, o CFM recebeu representantes de entidades jornalísticas para discutir um novo texto para a resolução. À época, os representantes dos jornalistas solicitaram audiência com a diretoria do CFM para discutir especificamente o artigo 7º da resolução que, segundo alegavam os profissionais de imprensa, cerceava o livre exercício da mídia e afrontava a garantia constitucional da liberdade de imprensa. O consenso foi que seria possível procurar uma saída que atendesse a médicos, jornalistas e a sociedade como um todo.

O conselheiro Antônio Pinheiro, autor das modificações no texto inicial da resolução, destaca que a publicidade médica vem assumindo proporções importantes nos dias de hoje. E até agora o assunto estava "solto", à mercê da disputa crescente pelo mercado, do aumento da oferta de serviços e da moderna tecnologia dos meios de comunicação, sem uma regulamentação precisa dos aspectos éticos que envolvem a atividade médica. Conheça a íntegra do documento no site: [www.portalmédico.org.br](http://www.portalmédico.org.br), clique em Legislação depois em Resoluções; coloque o nº 1701 e o ano 2003, em seguida Pesquisar.